

Passaporte cultural e político: observações sobre a inserção das religiões no espaço público escolar

Maria Edi da Silva*

Resumo

Utilizando a escola pública como campo empírico, o objetivo do trabalho é intensificar o debate sobre a pluralidade religiosa existente nesse espaço e, analisando através dos Ciclos Festivos, compreender a interação/sociabilidade dos agentes envolvidos no contexto. As festas escolares, historicamente construídas sobre elementos religiosos, são momentos privilegiados de vivência coletiva, atitudes reivindicatórias e busca por reconhecimento. A reconfiguração das festas nos faz pensar nos objetivos desses momentos, na interação dos agentes, como são representados e respeitados na sua identidade religiosa.

Palavras-chave: escola, religião, reconhecimento

Passport and cultural politics: remarks on the inclusion of religion in public school

Abstract

Taking public schools as an empirical field, the objective of this paper is to intensify the debate about religious diversity in such space and comprehend, by the analysis of the traditional parties' cycles, the interaction/sociability of the agents involved in this context. School parties, historically built under religious elements are excellent moments of collective experience, claiming attitudes and recognition search. The reconfiguration of these parties let us think about the goals of these moments, the interaction of the agents and about the ways they are represented and respected in their religious identity.

Keywords: school, religion, recognition

Esse artigo foi escrito tendo como base referencial uma pesquisa maior¹ que se como campo, de três escolas públicas da Rede Municipal do Recife. Foram observadas as manifestações culturais dos Ciclos Festivos, sendo eles o ciclo carnavalesco, o ciclo junino e ciclo natalino. A partir da vivência dos Ciclos Festivos, observei os embates que permeiam essa convivência festiva dentro do espaço público escolar, frente aos elementos religiosos ali presentes. A demanda existente por reconhecimento e a garantia dos direitos dos agentes² que são os atores envolvidos nesse processo, trazendo para o debate o papel do Estado como garantidor desses direitos bem como a elaboração de estratégias de vivência e convivência dentro desse espaço. É importante como importante elemento, a idéia de multiculturalidade defendida pela Prefeitura do Recife e de como essa idéia tem alcançado as escolas. Considero relevante que a idéia de

multiculturalidade seja posta, devido às suas implicações no campo do reconhecimento dos direitos dos indivíduos, na garantia desses direitos pelo Estado e na apropriação da idéia de sujeitos de direito no que diz respeito à religião, pelos agentes presentes no espaço público da escola.

Ocorre que se tornou comum ver, tanto a cidade do Recife quanto o Estado de Pernambuco ser definidos como *multiculturais*. 'Recife Multicultural'; 'Pernambuco, Nação Cultural'; 'Carnaval de Todas as Culturas', 'São João de Todos'...

A perspectiva de uma política multicultural está alicerçada na garantia dos direitos dos indivíduos e do reconhecimento das diferenças. Garantia essa que precisa ser dada pelo Estado e que no caso dessa pesquisa, aqui representado pela Prefeitura do Recife, posto que as escolas/campo fazem parte da Rede Municipal de Ensino. Com a vivência dos Ciclos Festivos e a

* Mestre em Antropologia. E-mail: mariaedi_s@yahoo.com.br.

tensão com a diversidade religiosa, trago para o debate o modelo de multiculturalismo que tem sido incorporado nos discursos oficiais da equipe gestora da prefeitura – seja na pessoa dos prefeitos da cidade (a partir de 2001) ou gestores das secretarias – e me questiono, a partir das observações feitas, se esse modelo atende e garante os direitos dos agentes envolvidos nessas atividades na escola.

O modelo de multiculturalidade defendida no Recife tem sua maior expressão no carnaval que a Prefeitura promove, sendo reverberado dentro de outras secretarias além da Secretaria de Turismo, a exemplo da proposta de educação inclusiva e de respeito às diferenças. Como é colocado em prefácio ao livro destinado à formação docente pelo prefeito João Paulo de Lima e Silva (2008),

Nossa proposta é construir nas escolas do Recife um modelo de educação radicalmente democrático e voltado para construção da cidadania plena. Um modelo que articule, nos processos de ensino e aprendizagem, as diversidades e singularidades (SEEL, 2008, p. 11)

O modelo apresentado defende uma política cultural que ‘atenda’ a todas as pessoas, onde todos se sintam contemplados e respeitados nas suas diferenças e direitos. Desde 2001, a partir do carnaval, denominado ‘Carnaval Multicultural’ a utilização do termo *multicultural* ganhou força nas ruas do Recife. Para a gestão municipal o carnaval representa um patrimônio cultural de todo o povo e através dele a identidade do recifense vem sendo construída sobre a idéia de uma ‘nova’ identidade local/nacional. Fazendo um estudo sobre a utilização do carnaval como legitimador das gestões governamentais em Pernambuco, Vidal (2010) coloca que o carnaval do Recife já teve outras denominações que também apontavam para o modelo político defendido. Ele faz um breve histórico e nos lembra da “*desvalorização da cultura local*” promovida na gestão de Jarbas Vasconcelos com o *Recifolia*³ e seu *Axé Music*, esse argumento fez com que movimentos da cultura popular contribuíssem com uma proposta diferenciada para a festa. A partir dessa idéia,

(...) o carnaval Pernambucano ganhou espaço na imprensa nacional e, tornou-se, sob o slogan da descentralização da festa - com a colocação de palcos para shows e apresentações da cultura local e nacional - e do multiculturalismo - em que o respeito às diferenças foi seu maior mote – um espaço para confraternização dos diferentes, através do qual os grupos políticos no poder tentaram congregar os diversos segmentos sociais que o apoiavam (VIDAL, 2010, p. 13).

Essa idéia tem sido massificada desde 2001, e tornou-se comum denominar o carnaval do Recife como multicultural, contudo as implicações desse modelo de gestão, sob a ótica do que nos aponta Hall, de maneira menos local e mais conceitual, diz que

O multiculturalismo refere-se a estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiculturalidade gerados pelas sociedades multiculturais. É normalmente utilizado no singular significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta estratégias multiculturais (HALL, 2003, p. 52).

Assim posto, pode-se afirmar que o que acontece no Recife está distante de ser a implementação de estratégias e políticas utilizadas para administrar os ‘problemas da diversidade’, ao menos não tem tido um resultado satisfatório dentro do espaço escolar, a partir do tenho observado no campo.



Fig. 1 Atividade do Ciclo Carnavalesco.

A diversidade cultural apresentada no Recife, é fruto da influência cultural dos povos de origem indígena, africana e européia, tem como uma de suas características a grande quantidade de elementos culturais diferenciados em sua formação.

Podemos encontrar nos Ciclos Festivos a representação dos mais variados elementos culturais que estão presentes em nossa cultura. Tanto as contribuições culturais dos grupos indígenas nativos, quanto os europeus e os africanos podem ser facilmente reconhecidas no nosso fazer cultural. Resultado da mistura das culturas que forma o povo brasileiro. Sejam no carnaval (com a capoeira, o maracatu, o frevo, o caboclinhos), nas Festas Juninas (com a quadrilha, comidas típicas de milho, ritos), ou no Ciclo Natalino (com o pastoril, reisado, bumba-meu-boi), elementos culturais e diversos que poderão ser facilmente identificados. De acordo com Câmara Cascudo (1988), os folguedos dos Ciclos Festivos “centralizam no Brasil as maiores e mais numerosas convergências dos folguedos populares” (Cascudo, 1988, p. 19).

A presença de elementos católicos nos Ciclos Festivos se dá pelo fato historicamente observado de que grandes festas públicas se celebravam no Brasil, nos períodos colonial e imperial. Períodos esses onde a ligação entre Estado e Igreja, fazia deles um só corpo. “A produção ficava a cargo das autoridades civis, religiosas e militares, das diversas categorias profissionais, irmandades religiosas e grupos étnicos, porém, cada qual com função e lugar regidamente definidos” (ARAÚJO, 1996, p. 56).

O carnaval era vivenciado no domingo, na segunda e na terça feira, que precediam o período litúrgico da Quaresma, o tempo em que os habitantes do Brasil colonial brincavam o Entrudo⁴. As corporações de ofício, as irmandades religiosas, grupos de artistas, festejavam o carnaval, com insígnias, estandartes, roupas apropriadas. Em meio às mudanças econômicas, políticas e sociais nascia o frevo no Recife.

Na África e Ásia foram verificados ritos em honra a diversas divindades. Com a vinda dos portugueses para o Brasil, o Ciclo Junino encontrou um terreno propício para uma identificação com a também conquistada colônia portuguesa (Revista Brincantes, 1998) A

louvação a Xangô, Senhor dos Raios e Trovões, através dos fogos, vem da tradição dos negros vindos da África. Outro fator relevante para a identificação das Festas Juninas no Brasil é o fato de São João ser considerado o santo da família, e as comemorações propiciarem a união e o encontro entre parentes, a reunião dos imigrantes (CHIANCA, 2007).

No Ciclo Natalino, as festividades na escola giram em torno dos cânticos religiosos e da apresentação do pastoril, que tem sua origem vinculada ao teatro religioso semipopular ibérico, já que tanto na Espanha quanto em Portugal, as datas católicas se transformaram em festas eclesíásticas e ao mesmo tempo em festa popular. No pastoril se comemora o nascimento de Cristo (Revista Brincante, 1998).

Verifiquei a busca por argumentos descritos na Bíblia, entendidos como históricos, na conversa que tive com o Diácono⁵ Daniel, ao ser questionado sobre a orientação dada aos adolescentes da Assembléia de Deus sobre as festas da escola.

Diácono Daniel: Se você me perguntar; e o povo de Israel, comemorava? Comemorava.

Eles tinham festa? Tinham festa. Eles dançavam? Eles dançavam. Mas a festa do povo de Israel era toda voltada para Deus. A comemoração era Deus. Por exemplo, todo israelita quando ele plantava, a primeira colheita era oferecida a Deus, nesse caso tinha uma festa. A Festa das Primícias, como a bíblia chama, então havia festa, eles dançavam comemorando a Deus a boa colheita, ou seja, a primícia da colheita era oferecida a Deus; a páscoa, outro exemplo. Oh rapaz! Graças a Deus! A páscoa para a escola secular, o ensinamento secular é o ovo da páscoa, o coelhinho da páscoa e para nós evangélicos não é isso. (...)

A utilização dos argumentos bíblicos com cunho histórico reforça ainda mais a capacidade de convencimento do discurso. Se a Bíblia não pode ser questionada, na visão do Diácono, por ser portadora da palavra de Deus, ele ainda a utiliza para contrapor com a ciência, corroborando assim com a construção da

‘verdade’ que suas palavras representam. Não existe defesa na vivência de festas no espaço escolar na visão do diácono.

Porém, defendendo que os Ciclos Festivos, vistos pela ótica da experiência educativa são momentos privilegiados, onde as pessoas festejam umas com as outras. Como diz o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1981, p. 30), a festa é um tipo de ritual e para Turner (TURNER, 1974, p. 19), “os rituais revelam os valores no seu nível mais profundo (...), os homens revelam no ritual aquilo que os toca mais intensamente.”

A conexão entre ritual e cultura da escola é defendida por McLaren (1991), pois para esse autor necessita ser melhor explorada pelos ritualistas, considerando os eventos ordinários e do cotidiano escolar como campo de pesquisa dos rituais. Assim como na vida, as realizações dos folguedos populares estão revestidas de possibilidades de interação e sociabilidade e percepção ritualística dos seus significados. Os Ciclos Festivos se consolidaram por força da hegemonia religiosa e moral da Igreja Católica, contudo podendo ser observada a representatividade das religiões de matriz africana, e da cultura indígena. Não sendo os evangélicos, ou outras religiões representadas nessas atividades. Fato esse que traz a idéia de que existe um tipo de “*passaporte cultural*” que não abre todas as portas, ou ainda, não abre as portas para todas as representações religiosas no espaço escolar.

Até mesmo o Ciclo Carnavalesco, que é o mais “profano” dos três, parte dessa impregnação, pois com seu término inicia-se o período quaresmal que antecede a páscoa cristã.



Fig. 2 Atividade do Ciclo Junino.

Nessa diversidade cultural está a busca por reconhecimento, que tem sido um tema recorrente da política atual. Assistimos a todo o tempo as manifestações à procura de afirmação por grupos minoritários, através de protestos, passeatas, greves de fome, projetos de lei, leis sancionadas e exigências de cumprimentos dessas leis (TAYLOR, 1994, p. 46). Mas a busca desse reconhecimento não se sacia do ato da representação, pois nem todas as vezes em que são representadas, são de forma positiva.

A relação entre reconhecimento e identidade se dá na interação com o outro, e de acordo com o autor (TAYLOR, 1994), quando esse reconhecimento não ocorre ou ocorre de forma incorreta, configura-se uma agressão.

As discussões sobre multiculturalismo, estão diretamente ligadas à política de reconhecimento. Charles Taylor nos diz que o reconhecimento é importante tanto no plano íntimo, nas relações com os outros importantes, quanto no plano social, com as políticas de reconhecimento igualitário (1994, p. 56).

Dentro de uma proposta de um modelo educacional para a cidadania, a Prefeitura do Recife, tem adotado e implementado políticas da promoção da igualdade através de projetos, formações de docentes, concursos, estratégias de trabalho com a aplicação da Lei 11645/08⁶. Mas é na sutileza das interações entre professores (formadores) e estudantes, bem com os demais agentes, que os conflitos e tensões efetivamente ocorrem. A disposição para deixar que a diversidade se represente, não é a mesma para favorecer uma política multicultural.

Diante dessas duas problemáticas, as políticas de reconhecimento e a diversidade cultural, tendo como pano de fundo as atividades dos Ciclos Festivos, repletas de conteúdo religioso no espaço social da escola, nos deparamos com um cenário tenso. Algumas questões vão surgindo em busca de debate: estará havendo uma série de conflitos na elaboração e efetivação da diversidade cultural e religiosa dentro da escola, tratando os diferentes como idênticos? estará a escola garantindo que a diversidade religiosa dos grupos seja representada de forma a

contemplar a diversidade proposta pelo Estado? as relações de convivência entre os agentes na escola são construídas tendo por base o respeito às diferenças? Longe de pretender encontrar uma resposta imediata, essas questões fazem eco a outras que permeiam as discussões já existentes sobre religiosidade e espaço público.

A diversidade que é proposta pelo Estado e que vem sendo constantemente vivenciada nas escolas está alicerçada na idéia de acervo cultural, tomando como base as influências culturais dos grupos indígenas, africanos e europeus. Contudo, outras identidades são deixadas de lado, dando-se o confronto e os conflitos, pois se estabelecem em outras bases, reforçando a não participação dos evangélicos nas atividades culturais. Ora, se o “*passaporte cultural*” ou “*estratégia cultural*” não contempla os evangélicos, através de qual canal eles poderão garantir sua presença no espaço escolar? E, uma vez adentrando nesse espaço, que efeitos produzirão nas relações e dinâmicas escolares?

Quando a escola age de forma que a leva a não perceber a religião dos alunos e dos pais dos alunos, fica explícito a forma como vem lidando com as diferenças. Fingir que a diferença do outro não existe é uma forma de preconceito e ausência de reconhecimento, no sentido de Honneth (2003). Em um momento em que essa diferença poderia ser evidenciada de modo positivo, ressaltando os conhecimentos culturais e religiosos trazidos por esses alunos, eles são invisibilizados. As tentativas individuais de cada escola de tornar “*a coisa ecumênica*”, nem sempre funciona, tendo como entrave o despreparo dos professores e dos gestores envolvidos no processo.

Acredito que estamos diante do processo de construção de *um* novo modelo de laicidade, como discutido inicialmente no capítulo anterior, a laicidade relativa, que observo de modo positivo, pois está sendo vivida na intenção de mediar as tensões que ocorrem sob o aspecto religioso nas escolas. Contudo, vale salientar, que as mediações que permitem o exercício relativo da laicidade são pontuais, não fazendo parte de uma proposta política do Estado.

Muito mais do que estabelecer propostas concretas e metas a serem cumpridas acerca da multiculturalidade e tudo que vem em seu corpo,

a Prefeitura do Recife vem se apropriando do conceito de multiculturalidade para estabelecer a vivência da diversidade nos vários cantos da cidade. Através dessas ações, as chamadas ‘atividades multiculturais’, abrem-se passagens estratégicas por onde a religião consegue penetrar em outros espaços, como é o caso da escola. Ou melhor, dizendo, alguns elementos religiosos conseguem penetrar ou serem representados através do “*passaporte cultural*”. É o caso das atividades do Ciclo Carnavalesco, onde atividades como maracatu, afoxé,... trazendo cortejos de reis e rainhas, canções de orixás, ...

Em atividade recente em das escolas pesquisadas, por ocasião do Ciclo Natalino, a pequena Isabela⁷, assembleiana, seis anos, participou dos ensaios do pastoril durante todo o mês de dezembro, sem que sua mãe soubesse; no dia da culminância não pôde dançar. É mais um exemplo dos que sempre verifico nessas ocasiões, com a diferença do que relatou sua mãe informalmente, ao dizer que “*assistir ela pode, mas dançar não. Tenho que cuidar desde pequena pra não se perder*”.

Penso a partir do relato que essa experiência, a atividade cultural – pastoril - não contempla a religião da Isabela, mas levanta outra questão: quem irá garantir o direito da criança em participar de uma atividade proposta pela escola?

Em outro sentido, quem irá garantir o direito da mãe em ‘proteger’ sua filha dos ‘inimigos’ da sua religião? Qual a lei que garante o direito de um evangélico não participar de festas escolares sem ser penalizado?

Nesse caso a invisibilidade da criança surge na negação do seu direito, pois pelo fato de ser criança nem ao menos é ouvida. A discussão se dá no seu entorno. A manifestação da cultura popular é entendida como religiosa pelos evangélicos e o espaço público, nesse momento deixa de ser laico, na visão do nativo. E ao deixar de se mostrar laico, o elemento religioso que se apresenta entra em choque com seus valores e crenças.

Entender o sentimento expresso naqueles olhinhos tristes não tem sido tarefa fácil, contudo a tristeza da pequena Isabela nos põe a pensar. A orientação dada por sua mãe deve ser seguida e o desejo de dançar o pastoril junto com as outras crianças fica suprimido. A

formação religiosa pesa muito mais na educação daquela criança que apreender e experienciar um folguedo cultural que faz parte do currículo escolar. Ocorre que ambas estão em busca de respeito e reconhecimento, tanto a filha quanto a mãe: enquanto a mãe não se sente à vontade com a atividade, que fere seus preceitos e valores religiosos e que de certa forma obriga sua filha a participar e, tudo isso acontecendo dentro de um espaço público, sua filha quer brincar com as demais crianças, dançar o pastoril, vestir aquelas roupas coloridas. Mas é necessário obedecer. E elas obedecem.

Não tendo como mensurar quem mais causou mal a pequena Isabela, nos cabe refletir sobre o que levou a tristeza aos seus olhos. No ponto de vista da sua mãe o mal seria causado se ela participasse da atividade festiva. Acredito que nesse momento as duas tiveram seus direitos violados, posto que a diversidade religiosa de ambas não foi respeitada, ocorre que no caso da criança, por sua condição, prevalece a orientação da mãe. O sentimento que pude perceber expresso por parte da menina naquele momento foi de frustração por não ter o desejo realizado. Ela permaneceu durante todo o tempo da apresentação do pastoril com seus bracinhos cruzados em volta do corpo, cantando as músicas sem emitir som e assistindo a tudo. Ao ser perguntada por mim o que sentiu naquele momento, ela assim respondeu *“fiquei triste só um pouquinho”*.



Fig. 3 Atividade do Ciclo Natalino.

Através do som que ecoa dos alto-falantes da Assembléia de Deus, próxima a uma das escolas

pesquisadas, ouve-se muito mais que cantos e louvores; ouve-se muito mais que pregações e leituras do Evangelho. Os ruídos que de lá ecoam, ultrapassam os portões da escola e dão visibilidade aos agentes que chegam imbuídos de poder e conhecedores dos seus direitos. Assim pude observar na vivência dos Ciclos Festivos nas escolas/campo de pesquisa que o embate se dá por parte da negativa dos evangélicos em participarem de tais atividades e por não sentirem-se representados.

De acordo com o trabalho do antropólogo Marcelo Camurça, *A Realidade das Religiões no Censo do IBGE – 2000*, publicado em 2006, após “enxugar” os dados coletados na pesquisa censitária desse ano, no que concerne a religião dos brasileiros, chegou-se a três blocos,

O primeiro diz respeito ao catolicismo, religião majoritária no país, que passou de 121,8 milhões de membros computados no Censo de 1991 para 125 milhões em 2000, mas que, todavia em termos percentuais, caiu de 83,3% para 73,8% da população. O segundo, aos evangélicos, que de acordo com os números desse último Censo quase que dobraram sua quantidade, de 13 milhões em 1991, o que correspondia 9,05% da população, para 26 milhões, ou seja, um percentual de 15,45% da população (...) E o terceiro, aos que se nomeou “sem religião”, que passaram de 6,9 milhões para 12,3 milhões, ou seja, de 4,8% para 7,3% (CAMURÇA, 2006, p. 37).

Mesmo apresentando um percentual aquém do esperado pelos próprios estudiosos, os evangélicos conseguem fazer parecer que são muito mais do que realmente são em quantidade. A expressividade dos evangélicos não pode ser medida em números.

De acordo com os estudos de Emerson Giumbelli (2006), no trabalho *“Minorias Religiosas”*, além do crescimento estatístico dos evangélicos acontece o diferencial de que esse segmento possui um projeto de maioria.

De fato, mesmo que o número dos que se declaram “sem religião” acuse o maior aumento relativo nas últimas décadas, é em

torno dos evangélicos e de seu crescimento que as atenções se depositam. Se até o Censo de 1980 as estatísticas eram ainda tímidas o quadro muda nos dois últimos registros. A expansão do número de adeptos (conjugado ao decréscimo das adesões ao catolicismo) veio acompanhada de uma enorme visibilidade, conquistada em parte pelo interesse devotado pela sociedade e em parte pelas investidas que deram aos evangélicos um novo perfil (GIUMBELLI, 2006, p. 238).

Esse novo perfil do evangélico pode não retirá-lo em termos quantitativos da condição de minoria, contudo o põe qualitativamente como uma maioria expressiva na sociedade brasileira. As investidas no campo midiático e político, as estratégias de conversão de novos adeptos, os programas assistenciais, os grandes eventos como as caminhadas que arrastam milhares de jovens, demonstram que o caminho encontrado pelos evangélicos está levando-os cada vez mais longe.

Os evangélicos representam o grupo que mais se faz presente dentro do espaço escolar na medida em que reivindicam tanto o direito de não participar de atividades festivas quanto o de ver o pastor conduzindo reuniões, hinos de louvor em momentos de reuniões coletivas previstas no calendário escolar. Diferente de outros grupos, a exemplo dos espíritas e espiritualistas, os evangélicos se fazem presentes a todo o tempo. Reproduzo no quadro abaixo, como os agentes se comportam no espaço escolar e quais as características mais marcantes de sua orientação religiosa, nesse contexto.

Apesar das políticas de afirmação da identidade, os umbandistas ou afro-brasileiros

em geral, ainda não conseguem se assumir essa identidade de modo natural, sendo representados tanto de forma positiva quanto negativa nas atividades culturais. Posto que, ao mesmo tempo em que o maracatu, a capoeira e o frevo aparecem como construção cultural dos negros no Brasil, eles são chamados de ‘macumbeiros’ na atividade seguinte, sendo dos quatro grupos o que menos aparece; os espíritas não demonstram ter uma condição reivindicatória, fazendo parte do seu *ethos* o fato de não reclamar; a hegemonia católica está sempre presente, com seus elementos reconhecidos positivamente em diversos momentos do cotidiano escolar. Percebe-se, na leitura do quadro acima que as relações dentro das escolas pesquisadas, não têm sido construídas em bases de igualdade.

Volto ao meu argumento, citado no início desse artigo, de que, no espaço público escolar, o “*passaporte cultural*” ou “*estratégia cultural*” permite a entrada de elementos religiosos, tanto católicos quanto afro-brasileiros, deixando os evangélicos de fora como pude observar na vivência dos Ciclos Festivos. Todavia, acredito que o “*passaporte político*” ou “*via política*” é quem abre as portas para que o segmento religioso evangélico adentre os portões dos espaços públicos. É cada vez mais crescente o número da bancada evangélica nos poderes legislativos e executivos, permitindo a elaboração e aprovação de leis que defendam os interesses dos evangélicos.

Com o intuito de pesquisar sobre o avanço da participação dos evangélicos no espaço político do Rio de Janeiro, Machado (2006) aponta que entre os argumentos utilizados para a entrada desses religiosos na política, estão a aversão à política de uma forma geral e ao

| Elementos religiosos | Como podem ser identificados/se comportam no espaço escolar |
|--------------------------------------|---|
| Afro-brasileiros/ espiritualistas | Vitimização da imagem, invisibilidade, busca de reparação; visibilidade positiva/negativa nas manifestações culturais dos Ciclos Festivos. |
| Católicos | Naturalização, hegemonia, presença constante; visibilidade positiva nas manifestações culturais dos Ciclos Festivos. |
| Espíritas | Pessoas melhores que as demais, apaziguadoras, caridosas; visibilidade em atividades coletivas não-culturais. |
| Evangélicos | Novos protagonistas, reivindicadores dos direitos, justificam seus direitos através de trechos da Bíblia; visibilidade em atividades coletivas não-culturais. |

descrédito aos políticos tradicionais. Em defesa de pleitos importantes para os evangélicos, esses ‘novos’ políticos vão se firmando na política, traduzindo problemas como violência, desemprego e miséria “*para a linguagem moral e religiosa*” (MACHADO, 2006, p. 35). Para Burity (2008), a religião está diretamente ligada às referências da contemporaneidade como as demandas por reconhecimento, ampliação da política, diversidades cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo. Contudo, nem o “passaporte político” tem garantido a entrada dos evangélicos no espaço público escolar. A entrada dos elementos religiosos evangélicos através das manifestações culturais tem sido observada em algumas situações na escola, demonstrando que o uso de novas estratégias tem sido utilizadas para permitir esse acesso. Abaixo temos o relato de um gestora sobre as estratégias utilizadas por uma professora evangélica na ocasião dos Ciclos Festivos.

Gestora: Toda apresentação de K, pode ser em qualquer evento, ela quer botar o hino da igreja. Ela bota os meninos pra fazer coreografias, dancinhas com louvores. No carnaval ela quer fazer o ‘carnaval em Cristo’, ela pega umas dancinhas bem animadas e bota o hino de louvor, no São João, toda dança que ela faz é com hino evangélico. A sala dela é doutrinada pro evangelho. É doutrinada.

O relato acima exemplifica bem a utilização de estratégias diversas para garantir a presença evangélica dentro do espaço escolar, nas atividades festivas. As crianças participam da *brincadeira* que nesse momento traz elementos evangélicos na sua realização. Nesses momentos os pais das crianças evangélicas não se incomodavam que seus filhos dançassem, ou como a Professora K preferia definir, “*fizessem as coreografias*”. Algumas mães confidenciavam que achavam ‘bonitinho’.

De acordo com a Gestora não havia repúdio ou qualquer impedimento por parte dos demais pais não evangélicos, todas as crianças participavam, principalmente os evangélicos, pois a Professora K assim fazia questão. Contudo as professoras católicas que presenciavam essas atividades sempre questionavam e diziam não ter

“*nada a ver*”. A Gestora mantinha-se impassível, não fazia nenhum comentário sobre o uso daquela estratégia. Entendo que a imposição da religiosidade no espaço escolar laico não ocorre apenas de um lado, mas com a utilização dessa estratégia, em uma atividade do Ciclo Festivo, os evangélicos se fizeram presentes, lançando mão do “passaporte cultural”. Vale salientar que nessa escola a gestora se declara evangélica, fato que pode ser a justificativa para sua “impassibilidade”.

Entendo, pois, que diante de conflitos na vivência e convivência dentro do espaço público escolar, especialmente observado na experiência dos ciclos Festivos, surgem estratégias de interação que são elaboradas pelos agentes presentes nesse espaço. As estratégias culturais, ou *passaporte cultural*, permitem que elementos religiosos estejam presentes e sejam reconhecidos, embora esse reconhecimento não seja todas as vezes visto de modo positivo, como no caso dos elementos afro-brasileiros; os elementos religiosos evangélicos não se revelam através do passaporte cultural, apesar de algumas vezes forçar essa entrada através da via cultural, como pudemos observar no exemplo acima citado; já o *passaporte político* não têm tido influência no espaço público escolar, diferentemente da inserção que os evangélicos consegue ter em outros espaços, por essa via. Todavia, a presença da religião na escola pública tem sido fator de embates e conflitos e, na tentativa de mediação para que seja possível a convivência na diferença, percebo a ausência do Estado como garantidor dos direitos dos agentes ali presentes. As estratégias de convivência e de garantia dos direitos têm sido pontuais, a partir das observações feitas, variando de acordo com o interesse das gestões das escolas e da demanda por reconhecimento dos agentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. C. *Festas: Máscaras do Tempo: entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

BURITY, J. Religião, Política e Cultura. *Tempo Social*, São Paulo vol.20, nº 2, nov. 2008.

BRANDÃO, C. R. *Cavalcadas de Pirenópolis*. Goiânia: Editora do Oriente, 1981.

CAMURÇA, M. A. A realidade das religiões no Brasil no censo do IBGE – 2000. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CASCUDO, L. C. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, MEC, 1988.

CHIANCA, L. **Devoção e Diversão: Expressões Contemporâneas de Festas e Santos Católicos**. *Revista Antropológicas*, Ano 11, vol. 18, 49-74, 2007.

GIUMBELLI, E. Minorias Religiosas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As Religiões no Brasil: Continuidades e Rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MACHADO, M. D. C. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

McLAREN, P. *Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

REVISTA Brincantes. Encarte Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife. 1998

SECRETARIA de Educação, Esporte e Lazer do Recife, SEEL. Diretoria Geral de Ensino e Formação Docente. *Educadores em Rede: Articulando a Diversidade e Construindo Singularidades*. Recife, 2008.

TAYLOR, C. *Multiculturalismo: Examinando a Política de Reconhecimento*. Tradução Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TURNER, V. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.

VIDAL, F. M. C. Proposta de um Carnaval Moderno em Pernambuco. *Revista Tempo Histórico*. Recife. Vol. 02, Nº 02, 2010.

Notas

1 Dissertação de mestrado intitulada “Diversidade religiosa na escola pública: um olhar a partir das manifestações populares dos Ciclos Festivos”.

2 Os agentes presentes nessa pesquisa são os alunos, os responsáveis, professoras e gestoras das escolas observadas.

3 Recifolia foi o nome dado ao carnaval fora de época que aconteceu no Recife durante dez anos (1993/2003), com ênfase nos trios elétricos, músicas baianas, compra de ‘abadás’ para uso dos integrantes dos blocos.

4 A palavra ‘Entrudo’ vem da expressão latina ‘intróito’, que quer dizer introdução, referindo-se assim ao período que introduz a quaresma.

5 O Diácono Daniel é um representante da Assembléia de Deus que preferiu ter seu verdadeiro nome em sigilo, sua fala é relevante na pesquisa devido às proibições que os assembleianos fazem frente aos Ciclos festivos.

6 A Lei 11645/08 altera a Lei 9394/96, modificada pela Lei 10639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Historia e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

7 Nome fictício.

